



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Zé Trovão (PL/SC)**

**REQUERIMENTO nº            de 2023.**  
**(do Sr. Deputado Zé Trovão)**

Solicita redistribuição do Projeto de Lei nº 813/2023 que “Altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para conferir prioridade à realização exame de corpo de delito em crime contra a fauna.” para análise de mérito na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 140, e do Art. 32, inciso I, alínea a, item 9 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a redistribuição do Projeto de Lei nº 813, de 2023 que “Altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para conferir prioridade à realização exame de corpo de delito em crime contra a fauna.” para incluir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) no rol das Comissões Permanentes que devem se manifestar sobre o mérito da proposição em destaque, visto que a mesma contém matérias relacionadas com o campo temático da referida Comissão.

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto nº 813 de 2023, de autoria do Dep. Célio Studart chegou à mesa diretora da câmara dos Deputados e foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) (Mérito e Art. 54, RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinário (Art.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Zé Trovão (PL/SC)**

Apresentação: 06/11/2023 13:05:54,750 - MESA

REQ n.3800/2023

151, III, RICD). O presente projeto propõe alteração ao Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), onde se dá prioridade à realização exame de corpo de delito quando se tratar de um crime que envolva a fauna.

A solicitação para a redistribuição da proposição para a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CPADR) se justifica devido à ligação e ao impacto deste projeto com o setor de produção agropecuária. É inegável que a proteção da fauna é uma preocupação legítima e necessária. Crimes contra a fauna, como o abuso e maus-tratos a animais silvestres, domésticos ou domesticados, devem ser combatidos de forma eficaz. No entanto, a ênfase deste projeto na priorização dos exames de corpo de delito em casos relacionados à fauna pode ter sérias consequências para o setor agropecuário. Essa abrangência demonstra a pertinência da análise por parte da CAPADR.

O setor agropecuário é um dos pilares da economia brasileira, desempenhando um papel fundamental no abastecimento interno e nas exportações de alimentos. É uma indústria diversificada que abrange a produção de carne, leite, ovos, grãos e muitos outros produtos essenciais. Qualquer mudança na legislação que afete esse setor merece uma análise criteriosa e equilibrada.

Diante do exposto, peço, com a devida vênica, a revisão da distribuição apostado ao PL nº 813 de 2023, para que além das comissões já distribuídas, também seja incluída no despacho a Comissão de Agricultura, Pecuária Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR para se manifestar sobre o mérito da proposição em destaque.

Atenciosamente,

Sala das comissões, de de 2023.

**Deputado ZÉ TROVÃO**  
**(PL/SC)**

